

**Los Angeles:
Os vingadores
do racismo**
A pobreza nos Estados Unidos tem cor: é negra. Milhares de manifestantes protestaram violentamente contra a discriminação social e racial.

PÁGINA 6

POVO LUTA CONTRA FOME COM PAUS, PEDRAS E SAQUES

Esfomeado e desesperado com a política de miséria de Collor, o povo reage como pode.

Armados com paus e pedras, milhares de brasileiros sobretudo das grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, estão reagindo do jeito que podem contra a política de desemprego, arrocho salarial, miséria e fome imposta pelo FMI e obedecida servilmente pelo governo Collor. A onda de saques a supermercados e armazéns nas áreas suburbanas e de baixa renda das grandes metrópoles do país apenas revela a fome do povo e seu desespero em oposição a uma política em tudo anti-popular e antinacional. No Rio, o rastilho de pólvora dos saques espalhou-se em menos de três dias com mais de 30 saques. Dia 20, um trem da Rede Ferroviária foi saqueado e retirados cerca de 300 sacos de cimento de três vagões.

PÁGINA 9

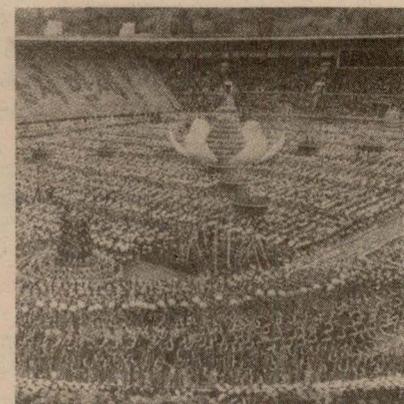
Greve de condutores paralisa São Paulo

Os motoristas e cobradores paulistanos realizaram a sua maior e mais combativa greve. Apesar de não terem conseguido alcançar as suas reivindicações deram uma demonstração de organização fora do comum. Desafiaram muitas dificuldades inclusive a intransigência da administração municipal da prefeita Luiza Erundina.

PÁGINA 8



Milhares de condutores em assembléia decidem pela greve



A festa coreana reuniu milhares

Partidos defendem socialismo

Em longa viagem ao exterior, João Amazonas, presidente do PCdoB, manteve contato com organizações comunistas da Bélgica, China, Portugal; e na Coreia, assinou declaração firmada por setenta e um partidos. O documento está sendo considerado o mais importante manifesto em defesa do socialismo dos últimos tempos.

PÁGINA 7



A Classe circula desde 1925

Uma história de 67 anos de luta operária

ÚLTIMA PÁGINA



Análise dos temas do Congresso Nacional

Uma sugestão: colocar à disposição de todo o coletivo partidário, como complemento à coluna da *Classe - Congresso em Pauta* -, senão na própria *Classe*, mas como documento específico e à parte, elaborada pelo partido, trazendo análises mais profundas dos temas polêmicos do Congresso, como os listados por Haroldo Lima - Sistema Previdenciário, LDB, Imposto Sobre Grandes Fortunas, Participação dos Trabalhadores nos Lucros das Empresas, Lei de Imprensa, Sistema Financeiro Nacional, Lei de Propriedade Industrial, Lei Orgânica dos Partidos, etc.

Tal iniciativa acredito, deve municiar os militantes em sua tarefa de mobilização do povo, para que o povo participe da luta política. Hoje, sequer temos acesso regular à informações fornecidas pela grande imprensa sobre questões tão importantes e de interesse nacional. A grande burguesia tem seus dflobistas a soldo e projeto de interferência na revisão constitucional de 1993. Enquanto isso nós, comunistas, temos grandes debilidades no sentido de um posicionamento claro e embasado sobre as questões nacionais, por parte da militância, o que dificulta a tarefa de mobilização de milhões para o grande objetivo de chegarmos ao socialismo.

Se possível, fornecer também os textos originais das leis e projetos de leis referentes aos temas em questão.

Na certeza de que caso a sugestão seja pertinente haverá esforço em acatá-la, despeço-me.

Saudações. O tempo não pára.
Eunice A. Gambale Borges
Presidente Prudente - SP

Filiação ao PCdoB em Viçosa

Quero informar-lhes sobre um fato que julgo de extrema importância para o PCdoB em Viçosa e em âmbito mais geral, que é a filiação do presidente do extinto PCB de nosso município às fileiras de nosso partido, o PCdoB. Trata-se do professor universitário e veterinário Marco Túlio, companheiro combativo em inúmeras lutas, defensor intransigente do marxismo-leninismo e que há anos vinha denunciando, dentro do PCB, os traidores do socialismo científico.

Ao completar 70 anos de existência e resistência heróica, o PCdoB sai fortalecido de seu 8º Congresso que, penso, entre outras, nos trouxe uma importante lição: "Não estamos perdidos, pelo contrário, vencemos se não tivermos desaprendido a aprender" (Rosa de Luxemburgo).

Um abraço,
Bernard H. Hess
Viçosa-MG

CARTA DA EDITORA Esforço conjunto pela Classe

Os dois meses sem circulação de *A Classe Operária* fez-nos perceber a falta de um jornal nacional que expresse a opinião do PCdoB sobre os principais acontecimentos políticos nacionais e internacionais. Fatos importantes como as comemorações dos 70 anos do partido, 20 anos da Guerrilha do Araguaia, 200 anos da morte de Tiradentes, queda dos ministros, eleições na Albânia e muitos outros ficaram sem o crivo da imprensa operária.

Tomamos cada vez mais consciência de que apesar da crise porque passa a imprensa escrita devido ao grande desenvolvimento dos meios de comunicação televisual, a despeito dos poucos recursos e meios que temos para enfrentar a concorrência da grande imprensa, o órgão central do PCdoB tem papel fundamental a jogar. Seu trunfo imbatível são as idéias em favor dos oprimidos, pelo avanço da revolução e do socialismo. O pensamento crítico, a análise dialética, o jornalismo opinativo, a polêmica das idéias são contrapontos importantes à ditadura da mídia televisiva que tenta uniformizar o que se deve pensar e crer.

Cumprir hoje esse papel não está sendo fácil. Basta ver quantos altos e baixos *A Classe Operária* tem enfrentado desde agosto de 1988, quando inaugurou sua VI fase. Vale refletir mais a fundo porque um jornal que resistiu à repressão e ao exílio, enfrenta obstáculos para se implantar num período de legalidade onde o embate político e ideológico exigido pela crise do socialismo impõe a necessidade de um instrumento balizador da opinião dos progressistas e comunistas.

Mas do que nunca a *Classe* precisa cumprir seu insubstituível papel de subsidiar o conjunto da

militância e contribuir decisivamente para a unificação das idéias revolucionárias de norte a sul do Brasil, transformando-se em instrumento para a ação política e em referencial de análise para os progressistas e demais forças políticas atuantes no cenário brasileiro. Nesse rumo daremos um destaque especial não só à análise da conjuntura nacional e internacional, como o Movimento Comunista Internacional, à democratização da informação e generalização da experiência partidária, ao debate dos fundamentos da crise do socialismo e aos novos argumentos para a formulação de um programa socialista para o Brasil.

A concretização desse desafio depende de um investimento político, humano e material, com o necessário envolvimento de dirigentes, militantes e amigos do PCdoB.

Navegamos contra uma maré de dificuldades e sabemos que o ceticismo só será vencido se o próprio jornal corresponder à expectativa e se colocar à altura das exigências do momento em que vivemos. Mas, se partirmos do entendimento da necessidade urgente de um jornal nacional, que seja uma tribuna de afirmação da perspectiva socialista, estaremos dando o primeiro passo para romper o indiferentismo e avançar para que cada dirigente e militante se sinta responsável pelo conteúdo e forma daquele que é o porta-voz do PCdoB. Críticas, sugestões, envio de matérias serão fundamentais para o aprimoramento do jornal.

Um esforço conjunto é decisivo para que *A Classe Operária* seja o jornal que todos nós precisamos para enfrentar o grande embate político e teórico em curso.

Ana Maria Rocha

Três apelos em nome dos jovens

Recebi carta há já algum tempo pedindo críticas e sugestões em relação ao jornal.

Gostei de receber a edição especial em comemoração aos 70 anos do comunismo. Pude observar a trajetória do Partido nos anos de 1980.

Tenho três apelos para fazer ao jornal *A Classe Operária* em milhões de jovens, que se tornarão adultos na próxima década e estão desorientados sem um caminho seguro para seguir em relação à luta de classes:

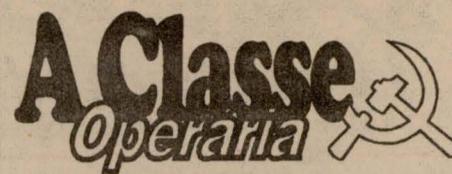
1. Que seja divulgado pelos jornais os diretórios do PCdoB nos

vários estados do Brasil - esse fato deve ser uma constante no jornal,

2. O jornal *A Classe Operária* deve ter um espaço mínimo no possível para divulgação das obras marxistas-leninistas. Sem se afastar nunca do comunismo. Pois sem conhecimento revolucionário não há revolucionário.

3. O estudo e a divulgação das guerras de guerrilha pelo mundo afora. Sei que este item é difícil de conseguir, porém não é impossível.

Saudações revolucionárias
João Luiz da Silva
Alto Jequiúba - MG



Diretor e Jornalista Responsável

João Amazonas

Editora

Ana Maria Rocha

Redação

Dilermando Toni, Guiomar Prates, Jefferson Barros
Colaboradores

Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Juarez Tadeu, José Reinaldo Carvalho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro Oliveira, Umberto Martins

Projeto Gráfico

Auracébio e equipe

Diagramação

José Luiz Munuera Reyes

Composição e arte final

Compuart - Fone: (011) 36-0412

Impressão

Gazeta da Lapa

Fotolito

Enfocke - 223-5151

Administração

Vera Lúcia Lopes da Silva

Arquivo

Leandro Schillipake

Secretaria

Márcia Medeiros

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - Centro; ALAGOAS - Maceió - Ladeira do Brito, 72 - Centro; AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro; AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - do Trem; BAHIA - Salvador - R. Cons. Junqueira Ayres, 41 - Barris; CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1037 - Centro; DF - Brasília - HIGS 704 Bloco G Casa 67; ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro; GOIÁS - Goiânia - Alameda Botafogo, 427 - Centro; MARANHÃO - São Luis - R. Viana Vaz, 110 - Centro; MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro; MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - R. Arthur Jorge, 1256 Bloco D - Centro; MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro; PARÁ - Belém - R. 3 de maio, 1834 - Centro; PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro; PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista; PIAUÍ - Terezina - R. Desembargador Freitas, 1216 - Centro; PARANÁ - Curitiba - R. Dr. Pedrosa, 249 (sobreloja) - Centro; RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - R. 13 de Maio, 33 16º andar Sala 1601 - Centro; RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Pça. Kennedy R. Vaz Godin, 86 - Centro; RONDONIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 2122 - Centro; RORAIMA - Boa Vista - Av. Cap. Júlio Bezerra, 953 - São Francisco; RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta; SANTA CATARINA - Florianópolis - Av. Mauro Ramos, 475 - Centro; SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro; SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de S. Joaquim, 272 - Liberdade; TOCANTINS - Gurupi - Av. Goiás, 1962-b - Centro.

Faça sua assinatura

Trimestral: Cr\$ 13.000,00

Semestral: Cr\$ 25.000,00

Trimestral de apolo: Cr\$ 25.000,00

Semestral de apolo: Cr\$ 50.000,00

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista
01313 - São Paulo - SP
Telefone/Fax: (011) 34-4140

CDM
Framos
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Na comemoração dos 70 anos de fundação do PCdoB, por um erro de secretaria gráfica, o jornal circulou sem o número da edição (nº 78).

Investida antidemocrática

Aldo Rebelo
Líder do PCdoB na
Câmara dos Deputados

Através de uma articulação conservadora, que conta com a simpatia do Palácio do Planalto, pretende-se votar, a toque de caixa, ainda no mês de junho, uma nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos que restringe a liberdade de organização partidária.

O Projeto parte do falso pressuposto de que os problemas nacionais são causados, ou não se resolvem, porque haveria uma suposta "anarquia partidária", um suposto excesso de legendas políticas. E que tais problemas deixariam de existir se no cenário político brasileiro houvessem apenas os partidos com mais de 30 deputados.

O que está em curso é uma tentativa de esmagamento das minorias políticas e um retrocesso das conquistas consignadas na Constituição de 1988. Para quê? Para que se implante no Brasil um modelo de governo ainda mais elitista, ao qual teriam acesso apenas dois ou três partidos.

O que se quer, em nome de um suposto controle das legendas de aluguel, é a marginalização institucional de algumas correntes de opinião que podem questionar a "ordem" existente.

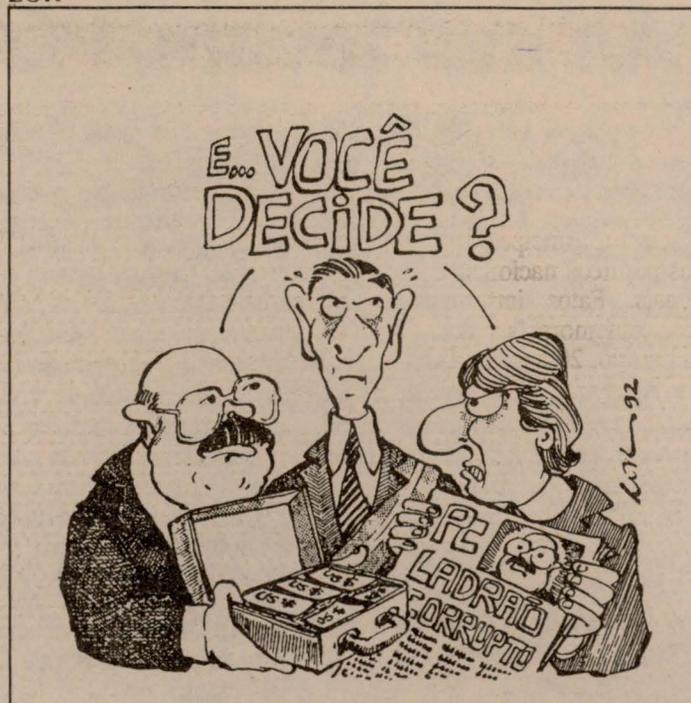
O artigo 17 da Constituição Federal fixa todas as condições para que se organizem os partidos políticos no Brasil: o resguardo da soberania nacional, do regime democrático, do pluripartidarismo, dos direitos fundamentais da pessoa humana.

O caráter nacional, a não vinculação a entidades estrangeiras e a prestação de contas à Justiça eleitoral são os requisitos exigidos para que os partidos existam e participem da vida institucional do país. Acrescentar outras condições é burlar a Carta Magna, é atentar contra a liberdade de organização e contra a democracia. É querer excluir do convívio institucional legendas como o Partido Comunista do Brasil, com 70 anos de luta.

Analisando a questão partidária no Brasil, vem a nossa mente o recente terremoto social ocorrido em Los Angeles, causado exatamente pela marginalização social e política da população negra nos Estados Unidos. Lá vigora uma democracia baseada em apenas dois ou três partidos muito pouco distintos entre si.

É este o tipo de democracia que pretendem para o Brasil? É bom que saibam que continua válido o ditado popular segundo o qual, "quem semeia vento colhe tempestade".

LOR



Midas diferente

Midas transformava em ouro tudo em que tocava. Collor transforma em crise. Para tentar deter o mal, o presidente trocou parte de seu ministério, profundamente afetado pela corrupção, por velhas raposas, algumas com inegável queda para o fisiologismo. Os efeitos da operação, entretanto, como era previsível, esgotam-se aceleradamente.

Uma briga comercial em Alagoas levou Pedro Collor a apontar um novo escândalo, cujo personagem central é o tristemente famoso PC, mas que, na verdade, fez voltar à cena o mar de lama que rodeia o Planalto. O Congresso inclusive evitou instalar uma CPI sobre o assunto - temendo uma crise institucional. É impossível, depois de Alcení, Margarida, Alcení, PP, PC ..., deixar de lado o chefe dessa gente toda.

Collor, por seu lado, para tentar encobrir a barulheira do irmão, organizou um "seminário" de fim de semana, envolvendo ministros, secretários, assessores e outros badulaques, com nítido caráter propagandístico.

Mas o encontro se transformou em bate-boca quando o general Antônio Veneu, do EMFA, levantou a voz para defender o ponto de vista dos militares sobre assuntos candentes. A tal ponto que o governo resolveu censurar a fala do

general - criando novos pontos de atrito.

As crises vão se repetir inevitavelmente. Sua origem é a orientação do governo, no sentido de desmontar os fundamentos da nação brasileira e fazer do Brasil uma simples peça complementar na engrenagem da nova ordem comandada pelos EUA.

Para levar adiante seus planos, encontra resistências a cada passo. Choca-se com todos que tratam de preservar qualquer coisa de nossa soberania. Espalha a miséria por todo lado. As manchetes dos jornais anunciam récorde de desemprego. E os saques vão ganhando espaço nos noticiários.

O imperialismo americano, aplaude a opção collorista. E aproveita a instabilidade governamental para arrancar novas concessões. O presidente do Citicorp deu "nota dez" à política econômica, e "nota quatro" à sua aplicação, exigindo mais presteza de seus vassallos.

Para salvar o país, urge substituir esse governo. É falsa e nociva ao Brasil a linha de conciliação, adotada inclusive por gente que se diz de esquerda, de preservar Fernando Collor até 94. O que se importa é acumular forças para forjar uma alternativa concreta de poder com as forças democráticas e progressistas.

Crise Militar

Renato Rabelo
Membro do Comitê Central
do PCdoB

Mais um fator de instabilidade governamental, ganha vulto com o crescimento da insatisfação das Forças Armadas, dando curso a uma crise militar.

O desagrado imediato do conjunto da tropa está situado nos baixos salários e na exigência do cumprimento da isonomia. Porém, causas mais profundas dão base à crise. A ofensiva norte-americana resultante da nova ordem mundial vai apertando seu cerco aos países dependentes. Na América Latina procura estabelecer o "ajuste estrutural" no âmbito da economia e impõe o desmonte do Estado, que passa por uma redefinição do papel das Forças Armadas. Logo em seguida à rebelião militar na Venezuela, o embaixador dos Estados Unidos e o seu representante na OEA declararam diante de um grupo de oficiais venezuelanos que já existia o "direito" de intervir militarmente em qualquer país da América Latina onde se produzisse uma "ruptura da ordem democrática". Houve reação imediata por parte do setor castrense desse país a qualquer interferência militar de fora.

Os militares brasileiros não têm aceito a formulação dos EUA de que as Forças Armadas nacionais devam se reduzir, converter-se em "polícia antinarcoatráfico", despojadas de armamento estratégico e dedicadas às funções de auto-defesa. O controle militar do hemisfério ficaria por conta do Exército norte-americano. Contrários a essa lógica imperialista os militares brasileiros e a oficialidade média na Venezuela têm resistido à ação da estratégia neoliberal de liquidação das fronteiras nacionais e do patrimônio empresarial estatal.

Depois de muitas décadas de domesticação militar hemisférica pelos EUA, os quais usaram de todos os meios a seu alcance, é importante que surja no seio das forças militares discordâncias e resistências a essa nova investida contra a soberania nacional dos países latino-americanos. Assim, o nosso Partido e as forças que têm sido consseqüentes na defesa da independência nacional nas condições atuais do mundo, juntamente com os militares, são alvos de ataques das forças entreguistas e imperialistas, as quais empreendem ações e campanhas para denunciá-los e isolá-los. Desse modo, para a defesa da soberania e fortalecimento do movimento patriótico, devemos considerar as novas alianças de forças que o curso político vai demonstrando.

Desemprego recorde é crueldade do FMI

Recente pesquisa divulgada pelo Dieese dá conta de que em 38 municípios da Grande São Paulo já existem nada menos que um milhão cento e setenta e quatro mil (1.174.000) pessoas desempregadas o que equivale a 15,5% da população economicamente ativa. Esse é o maior índice apurado desde que o Dieese começou a fazer tal tipo de pesquisa em 1985. Agora o Brasil está em primeiro lugar na América Latina e num dos primeiros do mundo. Tal é o resultado da cruel política do FMI e dos banqueiros internacionais, adotada pelo governo Collor.

A quem interessa a morte de Edmundo?

Um profundo mistério envolve o assassinato do governador do Acre, Edmundo Pinto ocorrido em São Paulo. O fato concreto é que ele prestaria no dia seguinte ao crime um depoimento à CPI da Câmara Federal que investiga o superfaturamento de obras realizadas no Acre. No mesmo hotel, no dia do assassinato estavam hospedados funcionários da construtora Norberto Odebrecht que seria a beneficiada na falcatrua. Esta denúncia veio a público no conhecido "caso Magri". Há fortes suspeitas de que ao matar o governador estaria se queimando um arquivo a fim de evitar que mais fatos sobre o mar de corrupção que envolve o governo fossem conhecidos.

Governo paulista abre pernas para privatização

Por maioria, a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou um projeto de lei do governo Fleury que dispõe sobre o regime de concessão de obras públicas e de concessão e permissão de serviços públicos, mais conhecida como lei da privatização. Por ela todos os serviços e obras públicas, como saneamento básico, transportes ferroviários e metroviários, eletricidade e até presídios poderão ser concedidos ao capital privado. Os deputados estaduais do PCdoB, Jamil Murad e Dênis Carvalho se opuseram firmemente ao projeto. O Sindicato dos Metroviários chegou a realizar uma paralisação de 15 minutos no Metrô, protestando contra a medida.

Jornal faz revelação sobre ação no Araguaia

O *Jornal do Brasil* publicou alguns documentos oficiais do Exército brasileiro que relatam ações das forças armadas contra a guerrilha do Araguaia. Neles são descritas as operações "Axi-xá", "Manobrão" e "Guerra Suja" correspondentes às três fases da intervenção oficial. Sobressaem-se questões como a repressão e a brutalidade com as quais o Exército tratou a população local e o apoio que essa população dava aos guerrilheiros. O deputado Nilmarírio Miranda (PT-MG), integrante da comissão da Câmara dos Deputados que trata do desaparecimento de militantes políticos na época do regime militar comentou: Com a divulgação do JB, o Exército vai ter que esclarecer para a Nação tudo sobre a guerrilha do Araguaia. A Comissão da Câmara decidiu convocar para depoimento três oficiais do Exército que tiveram participação nos episódios.

Urnas levam PCdoB às ruas

Apenas a 120 dias das eleições municipais, o quadro das coligações e candidaturas majoritárias ainda não está definido em boa parte dos estados. As classes dominantes, em meio à crise, adiam as definições. Tentam fazer uma campanha curta em que o poder econômico leva vantagem. O PCdoB, empenhado em eleger uma bancada considerável de vereadores, começa desde já a colocar seu bloco na rua.

BAHIA

Haroldo candidato dá voz à sua gente

Com uma caminhada realizada, dia 21 passado, o PCdoB aumentou o volume da campanha do deputado federal Haroldo Lima para prefeito de Salvador.

A decisão de apresentar candidato à Prefeitura da capital foi tomada pelo partido em reunião do Diretório Regional, dia 3 de maio, após consultas à militância partidária e anunciada à cidade como um nome capaz de unificar os partidos de esquerda e progressistas e empolgar o movimento popular e sindical. O PCdoB levou em conta também, avalia o presidente regional Luiz Nova, as dificuldades até aqui enfrentadas na busca desta unidade. E concluiu que, ao lado de continuar lutando pela articulação da frente oposicionista, o partido deve ir se preparando para disputar a eleição em Salvador com candidato próprio.

A caminhada de quinta-feira, do Campo Grande à Praça Municipal, foi o primeiro ato público da candidatura de Haroldo Lima e deu o tom que o PCdoB pretende imprimir à campanha: atividades de rua permanentes que mostrem a cara aguerrida e combativa do partido e do seu candidato.

Ao reafirmar objetivo do partido de continuar buscando a unidade oposicionista o presidente regional, Luiz Nova, lembra o documento aprovado no Diretório Regional em que se ressalta a ação do PCdoB na defesa da frente de esquerda e progressista desde o ano passado. "Defendíamos uma frente ampla o bastante para enfrentar o desafio de tirar Salvador da crise em que se encontra, com uma administração marcada pela incompetência e pela corrupção".

É evidente, avalia o documento do PCdoB na Bahia, que uma frente com tal objetivo deve levar em conta a importância da eleição de uma bancada de vereadores comprometida com o seu programa de governo. Por isso, a coligação proporcional é fundamental, sendo este um dos pontos divergentes entre os vários partidos que se anunciam dispostos a construir essa frente, a

maioria dos quais já com candidaturas lançadas.

Num quadro que se desenha de dificuldades para a formação da frente oposicionista. O PCdoB bota seu bloco na rua com toda a intensidade, revela a secretária de Propaganda, Julieta Palmeira. Além da ação dos militantes, a candidatura de Haroldo Lima vem recebendo apoios de jornalistas e publicitários na elaboração da marca, do jingle e outros materiais de campanha. O primeiro panfleto traz como título a frase "A Voz da Gente Chegou", tirada da letra do jingle que, entre outras coisas diz: "Haroldo é a voz de toda gente que quer ver esta cidade mais feliz". E o slogan principal, "Bote Fé", conta Julieta, tem a cara da Bahia: toca no famoso misticismo baiano e aproveita uma expressão popular muito usada para manifestar um sentimento que a campanha pretende resgatar: esperança e confiança.

MILTON FLORES



Vital é indicado vice para Suplicy

SÃO PAULO

Luta é pela unidade democrática e popular

O principal esforço do PCdoB em São Paulo, tem sido o de constituir, alianças eleitorais de cunho democrático e popular e definir candidatos a vereador do partido no maior número de municípios. No fundamental consegue-se resultados expressivos, seja no sentido de que as coligações expressam propósitos oposicionistas anti-Collor, seja porque todas se realizam no campo majoritário e proporcional.

Na capital, avançam, os entendimentos entre o PT, PCdoB, PSB e PC para formação de coligação em apoio à candidatura a prefeito do senador Eduardo Suplicy, do PT. Várias reuniões entre as direções partidárias tem sido realizadas para discutir declaração política conjunta e procedimentos de campanha, como o uso do tempo em tv e rádio.

Suplicy visitou no final de abril a sede do diretório regional onde expôs a dirigentes e militan-

tes do partido as linhas gerais da sua candidatura e o propósito de contar com a participação do PCdoB na campanha e na futura administração.

Os partidos envolvidos na coligação examinam também o nome do candidato a vice-prefeito, que deve ser definido em conjunto em meados de junho.

A direção municipal do PCdoB na capital decidiu indicar Vital Nolasco, líder do partido na Câmara Municipal, como pré-candidato. É uma alternativa que visa conferir à chapa um caráter marcadamente popular, combativo, que amplia o leque social da candidatura Suplicy.

O PCdoB lança no estado de São Paulo cerca de 70 candidatos a vereador, sendo 2 na capital (Vital Nolasco e Ana Martins), 6 em municípios da Grande São Paulo, 13 são de pólos regionais do interior, além de Mogi Guaçu, onde disputa com chances à eleição ma-

ajoritária o deputado estadual do PCdoB Dênis Carvalho, apoiado pelo PT e PSB. Prevelem as alianças com o PT. Mas existem outras em municípios destacados como em Diadema, onde o PCdoB apoia o deputado Gílson Menezes do PSB, em Americana e Cubatão com o PDT, em Marília com o PMDB.

Já com o PSDB, aparecem grandes dificuldades de conversação, derivadas da sua própria indefinição política. Até agora este partido não conseguiu indicar nem mesmo o candidato da capital. Em algumas cidades do interior, como Campinas, o PSDB tem realizado alianças à direita.

A campanha do PCdoB já exige enorme energia política. O tempo é curto, os recursos e os meios de comunicação são escassos.

Tendo em vista estes fatores, as direções partidárias se colocam os seguintes problemas para enfrentar: desenvolver uma linha de massas na campanha, que expresse a luta pelo socialismo e a consigna "Fora Collor" que levante os reclamos mais sentidos da massa no município e garanta o estilo de campanha aguerrido, ousado, nas ruas.

Enfrentar o razoável grau de dispersão que se apresenta no partido referente à mobilização e concentração política para a batalha eleitoral. É necessário que os debates das resoluções do 3º Congresso do PCdoB de sua tática e dos planos de campanha saiam do âmbito restrito das direções. Outra lacuna da campanha reside na falta de recursos financeiros, aspecto descuidado e decisivo para o sucesso eleitoral.

Quem tem medo dos partidos?

Antonio Carlos Queiroz

As elites políticas brasileiras preparam-se para dar mais um golpe antidemocrático, em nome da democracia. Querem rasgar o artigo 17 da Constituição Federal, que garante ampla liberdade partidária, sob o pretexto de acabar com o que chamam de "farra partidária". Isto mesmo. Segundo argumentam, a crise institucional vivida pelo País teria como causa o excessivo número de legendas partidárias.

Unem-se para fazer tal diagnóstico desde o presidente Collor e seus apoiadores no Congresso até muita gente boa da oposição. O presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, afirmou ao Correio Braziliense do último dia 17 de maio que "enquanto continuarmos sob o sistema do voto proporcional, com a atual proliferação partidária e o sistema representativo artificial que af está, nem funciona o presidencialismo, nem o sistema parlamentarista de governo. A marca é a da instabilidade institucional e do receio de que os velhos fantasmas voltem a rondar o País". É também o que pensa o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP).

A discussão sobre o enxugamento do quadro partidário tem freqüentado os gabinetes do Congresso Nacional há meses. Um outro pretexto utilizado por alguns dos luminares que a alimentam é o de preparar o terreno para a implantação do parlamentarismo, que só funcionaria com "partidos fortes", afirmam. Como fortalecê-los? Fazendo com que a sua existência dependa de percentuais obtidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, é o que propõem esses luminares da democracia.

Um dos projetos que dispõem sobre a nova Lei Orgânica dos Partidos, assinado pelos deputados Nelson Jobim (PMDB-RS), João Almeida (PMDB-BA), Alberto Goldman (PMDB-SP), César Maia (PMDB-RJ), entre outros, determina que o registro de um partido dependeria da obtenção de 0,5% do eleitorado para a Câmara, distribuídos em 1/3 dos Estados, com um mínimo de 0,1% em cada um deles. E que a definição de seu caráter nacional e de seu funcionamento dependeriam do apoio em voto de 3% do eleitorado na última eleição para a Câmara dos Deputados, em um terço dos Estados, com o mínimo de 2% em cada um deles. Os partidos que não obtivessem tais percentuais teriam seus registros cancelados.

Restrições semelhantes constam também de um projeto de autoria do deputado José Dirceu (PT-SP), que condiciona a concessão de registro somente às legen-



das que: - tiverem o apoio de 1% do eleitorado em pelo menos nove Estados, sendo 0,5% em cada um deles: - disputarem eleições estaduais em 10 Estados e terem candidatos a governador em pelo menos cinco Estados, mesmo em coligação. Os partidos que não cuprissem tais exigências teriam direito apenas ao registro provisório e seriam impedidos de participarem de eleições presidenciais, mesmo em coligação.

Ao vincular a existência e o funcionamento dos partidos à obtenção de percentuais eleitorais, eles ferem o artigo 17 da Constituição Federal que impõem, para a criação de um partido político, somente as seguintes condições: caráter nacional; proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; e prestação de contas à Justiça Eleitoral. Juristas de nomeada, mes-

mo vinculados ao pensamento de direita, como é o caso do constitucionalista Ives Gandra Martins, evidenciam o fato de que a constituição de 1988 deu ampla autonomia para que os próprios partidos, em seus estatutos, disponham sobre a estrutura, a organização e o seu funcionamento.

Já se constatou que as elites políticas brasileiras jamais foram capazes de desenvolver um sistema democrático de partidos políticos, no qual todas as correntes tivessem o direito de se organizar livremente. Pelo visto, as elites continuam sendo incapazes de levar a termo esta dura tarefa e de cumprir os princípios democráticos que elas próprias votaram na Constituinte de 1986/87. A democracia moderna que almejam é a democracia restrita das maiorias parlamentares, alimentadas, como se sabe, pelos favores do plutonista do Palácio do Planalto.

Maior vítima é a esquerda

Acabar com a "anaquia partidária" quer dizer acabar com as siglas de aluguel, dizem os autores dos projetos que restringem a liberdade partidária. Na verdade, o alvo deles são as siglas de esquerda que obstaculizam seus planos de "modernidade" que supostamente levariam o País ao Primeiro Mundo. A ditadura militar restringia a formação de partidos exigindo percentuais eleitorais. A Lei Orgânica dos Partidos de 1971 impunha o percentual de 5% do eleitorado votante para a Câmara dos Deputados. Em 1979, porém, quando percebeu que o MDB ganharia as eleições e enterraria a ditadura, o general Figueiredo extinguiu arbitrariamente a Arena e o MDB, com o propósito de rachar o par-

tido de oposição. E suspendeu as exigências da Lei Orgânica, para permitir o surgimento de outros partidos. Tornou assim possível o nascimento do PT, do PTB e o PDT que, nas eleições de 1982, obtiveram, respectivamente, apenas o seguintes percentuais do eleitorado: 3,01%; 4,94% e 3,01%.

Para os legisladores das elites dominantes, a existência dos partidos deve ser similar a uma cama de Procusto: adequada unicamente às suas necessidades. O estratagema não é novo e os partidos do proletariado já o conhecem desde o século XIX na Europa. Sempre que eles crescerem ou ao menos ameaçam crescer, um **causismo** legal os coloca fora da lei ou, pelo menos, *sub judice*.

BANCADA COMUNISTA

Dor de cabeça paga em dólares

O novo Código de Propriedade Industrial, em discussão no Congresso Nacional, foi tema de seminário na Assembléia Legislativa gaúcha, que apontou os graves riscos para a soberania nacional que significariam a aprovação do Código, como foi elaborado pelo entreguista governo Collor. A deputada estadual Jussara Cony (PCdoB), uma das coordenadoras do seminário, disse que a lei das Patentes não "se resume a um conflito comercial; essas pretendidas mudanças se inserem na nova ordem internacional, de reorganização capitalista, que se expressa nos projetos neoliberais, como o de Collor de Mello". O novo Código é uma das exigências do imperialismo norte-americano para "normalizar" as relações financeiras com o Brasil e, se aprovado, impedirá que a indústria nacional fabrique até uma simples aspirina sem pagar royalties aos grandes laboratórios multinacionais. Seria a dor de cabeça paga em dólares.

Golpe peruano é violência neoliberal

O golpe no Peru é uma tentativa de impor ao povo, pela violência, a política econômica neoliberal imposta pelo imperialismo e executada naquele país por Fujimori. Esta é a conclusão do líder do PCdoB na Câmara, deputado Aldo Rebelo (SP). Ele esteve no Peru, logo após o golpe, integrando uma comissão oficial de 11 parlamentares brasileiros, cuja missão em Lima foi avaliar as conseqüências do golpe.

Unidos na luta em S. José dos Campos

O vereador João Bosco (PCdoB), de São José dos Campos, apresentou moção à Câmara Municipal se solidarizando com as lutas dos operários das empresas Bundy, Amplimatic, Embraer e INPE. Os trabalhadores destas empresas daquela cidade paulista do Vale do Paraíba lutam contra o desemprego e o arrocho salarial.

Socorro urgente contra a prostituição infantil

A deputada Socorro Gomes (PCdoB-PA) requereu à Câmara a formação de uma Comissão Externa para investigar as denúncias de escravidão e prostituição infantil forçada no Brasil. Pela urgência do caso a deputada comunista preferiu requerer uma Comissão Externa, mais rápida em suas conclusões, à uma CPI.

Bloqueio contra Cuba é condenado por todos

O bloqueio econômico que o imperialismo norte-americano impõe à Cuba por quase três décadas foi condenado unanimemente pelo Parlamento Latino-Americano, reunido em Havana, através de sua Comissão de Saúde e Seguridade Social. O parlamento brasileiro foi representado por dois deputados, entre eles a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). O Parlamento latino-americano foi criado há 20 anos e funciona segundo o modelo do Parlamento Europeu. Nesta reunião estiveram representados 17 países da América Latina, com 75 delegados. Também foi condenada naquela reunião a proposta neoliberal de privatização das previdências sociais.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



EUA

A REVOLTA DA POBREZA

Juarez Tadeu
Coordenador da Unegro



Armas tiram povo das ruas

TAILÂNDIA

Protestos contra fantasia neoliberal

O Sião foi notável por suas belas bailarinas exóticas enrodilhadas em ouro. A Tailândia (ex-Sião) é notável por seus generais corruptos enrodilhados em ouro. Com um crescimento econômico de 9% ao ano, desde 70, oferece proporcional crescimento da miséria, fome, prostituição (um dos principais produtos de exportação) e corrupção. Enfim, ditaduras militares, crescimento econômico e miséria. A Tailândia, aparece como uma enganosa e triste vitrine da ilusória fantasia neoliberal. Aliás foi lá que este atual modelo foi testado para exportação para outros países pobres.

Na semana passada, a indicação de mais um general não eleito - Suchinda Kraprayoon, ex-comandante das Forças Armadas - para primeiro-ministro gerou uma onda de protestos nas ruas de Bancoc, a capital. A luta contra a continuidade deste trono de sangue e corrupção fez mais de 100 mortos e de 1 mil feridos. Num país que concentra 75% de sua produção em Bancoc, onde vive menos de 10% da população e onde os camponeses (grande maioria da população) não tem nenhum direito civil a não ser o "voto de cabresto", é normal que os protestos contra os militares corruptos e pela democracia real sejam urbanos.

Trabalhadores e jovens da classe média, nas ruas, conseguiram uma pequena vitória: na quarta-feira (20), governo e oposição, aos pés do rei figurativo, Bhumidol Adulyadej, acertaram uma trégua: os líderes da oposição serão soltos, o general renuncia e haverá novas eleições. Tudo para tirar o povo das ruas e tudo continuar como está. Isto é, uma sucessão histórica de ditaduras sangrentas e corruptas com complacência e apoio norte-americanos. Uma aliança imperialista que vem dos anos 60, quando a Tailândia, graças aos seus generais, era base segura para os B-52 do imperialismo contra o Vietnã.

Foram 58 mortos, 2.383 feridos, sendo que mais de 300 em estado grave, além de quase 14 mil presos. Este o trágico resultado dos choques entre a repressão e a população negra e pobre rebelada em Los Angeles nos Estados Unidos no começo de maio. Os números não deixam margem à dúvidas: a polícia e as forças armadas dos EUA afogaram em sangue as justas manifestações dos negros e populares americanos.

A absolvição dos policiais brancos que espancaram barbaramente o negro Rodney King em março do ano passado foi apenas o estopim que desencadeou a maior rebelião negra da história dos EUA. Os fatos revelam o real significado da tão falada "democracia liberal americana" apresentada pela burguesia como modelo a ser seguido em todo o mundo. Em nome dessa "democracia" o Panamá foi invadido e foram assassinados dezenas de milhares de iraquianos no recente conflito do Golfo. Agora, dentro dos próprios EUA, a "democracia" americana espalha seu rastro de sangue.

Conflitos de classe

Os acontecimentos que se espraíram pelos Estados Unidos e encontraram ampla repercussão internacional não são fortuitos e não podem ser explicados pelo "espírito destrutivo" de quem quer que seja. Suas causas verdadeiras estão no sistema capitalista em crise que impera naquele país. O alcance dos últimos confrontos vai muito além dos saques, mortes, incêndios e prisões.

Durante mais de três décadas o capitalismo norte-americano manteve uma certa estabilidade. A partir dos anos 70, entretanto, as crises começaram a se tornar mais graves e frequentes - até que em meados de 90 se abateu sobre a economia americana uma profunda recessão.

Linha de pobreza

Segundo o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, o Produto Interno Bruto - PIB - teve uma queda real de 0,7% em 1991; o primeiro decréscimo desde 1982. A taxa de desemprego anda pela casa dos 7,2% da população economicamente ativa o que vale dizer que há cerca de 9,5 milhões de trabalhadores sem emprego. Isso sem contar com um número tão grande quanto esse de pessoas que vivem no sub-emprego.

Nos anos 80, a concentração de renda aumentou nos Estados

Unidos. Os rendimentos dos mais pobres caíram 10% enquanto os mais ricos, que não passam de 1% da população, aumentaram seus ganhos em 122%.

Divulgada no ano passado, uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudo do Mercado de Trabalho da Universidade Northeastern indica que - em termos reais - o piso salarial é 20% menor do que há 13 anos. Mais: os jovens do setor de serviços ganham 11% a menos; os do varejo, 23%, e as mulheres 65% do que ganham os homens.

Há um aumento geral da pobreza. Entre os negros, ela é mais intensa. A renda média dos negros caiu 33% desde 1972. Hoje sua renda é de 12 mil dólares por ano. Para o governo, a linha de pobreza é uma renda anual menor do que 13.359 dólares. Um em cada três negros que vivem nos "bolsões de

mo é fácil atizar o ressentimento racial. Nas eleições para o governo de Lousiana, Duke foi derrotado. As idéias racistas não. O vice-presidente dos Estados Unidos Dan Quayle declarou: "O mensageiro (Duke), e não a mensagem (racista), é o problema".

LAPD - 187

Nos conflitos houve a politização dos grupos negros. "Oz Dog" - porta-voz de uma gangue - disse: "em vez de atirar uns nos outros, decidimos lutar pelo poder negro". O chefe da polícia de Los Angeles, Daryl Gates, diz que as inscrições de muro "LAPD-187" - referências ao departamento de polícia da cidade e ao código de homicídio - indica retaliação contra a polícia. Não é a primeira vez que as gangues politizadas viram alvo do governo.

Nos anos 60, havia em Chicago uma gangue chamada "Blackstone Rangers". Os "Black Panthers" - grupo radical negro - se aproximaram dela. Os "Rangers" se politizaram. O FBI - polícia federal - passou a seguir "os passos dos dois grupos". Eles foram incluídos no programa nacional de desmantelamento da esquerda, coordenado pelo FBI: Counter Intelligence Program (Cointelpro). Várias armadilhas foram montadas. Mas, sem resultados. Em dezembro de 1969, a polícia de Chicago invadiu um apartamento dos "Panthers", às quatro horas da madrugada. Nele moravam Fred Hampton e Mark Clark. Foram disparados mais de cem tiros. Os dois foram assassinados. Seguiram assassinatos sistemáticos de líderes negros radicais. Agora a polícia de Los Angeles monta uma grande operação contra as gangues.

A "democracia liberal norte-americana" admite a

ação criminosa das gangues. Mas armadas, radicalizadas como grupo político e numerosas - os "Bloods" e os "Crips" somam cerca de 150 mil jovens - elas não são toleradas. São desmanteladas "democraticamente".

Apesar disso espalha-se como um rastilho de pólvora o símbolo de Malcolm X que representa a radicalidade na luta dos negros por seus direitos. No último dia 19 quando completaram 27 anos que esse líder foi assassinado, seu espírito de rebeldia foi lembrado em centenas de concentrações e manifestações nos principais estados dos EUA. A rebelião de Los Angeles marca um novo padrão de luta dos pobres e negros americanos.



Chama de Malcolm-X se reacende

miséria" das cidades norte-americanas é oficialmente pobre. Entre os brancos a proporção é de 1 em cada 7.

Os gastos federais encolheram: subsídios à moradia, em 82%; treinamento profissional, em 63%, e serviços sociais, em 40%. Apenas 7% dos gastos federais são destinados a programas de atendimento aos jovens com menos de 18 anos. Com um quadro como esse, cuidadosamente escondido pelos poderosos meios de comunicação, não é difícil entender os motivos da rebelião. Mas isso ainda não é tudo.

A exemplo da Europa, ganhando fôlego nos EUA as propostas racistas. O ex-nazista e dissidente republicano David Duke mostrou co-

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Amazonas vê socialismo vivo no mundo

O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, chegou de uma longa viagem ao exterior. O objetivo foi estreitar os laços internacionalistas com outros partidos que defendem a causa do socialismo.

Inicialmente esteve na República Popular da Coreia, atendendo convite para participar da festa dos 80 anos do dirigente daquele país, Kim Il Sung. Esta comemoração reuniu 430 delegados provenientes de 130 países. Dentre eles, 108 delegações de partidos comunistas ou anti-imperialistas. Todos concordaram que a troca de análises e reflexões era necessária para se compreender as raízes da traição aos

ideais socialistas na União Soviética. João Amazonas participou das discussões e assinou em nome do PCdoB a Declaração de Pyongyang, firmada por 71 partidos.

Na opinião do Presidente do PCdoB este é o primeiro e mais importante documento internacional em defesa do socialismo após a crise dos últimos anos. (Veja texto abaixo). O Deputado Haroldo Lima, do PCdoB, também esteve presente nessa comemoração integrando uma delegação oficial da Câmara dos Deputados.

De passagem por Pequim, João Amazonas foi recebido por representantes do PC da China que lhe ofereceram um almoço e troca-

ram opinião sobre o fortalecimento das relações entre os dois partidos. A convite do Partido do Trabalho da Bélgica, Amazonas participou das comemorações do 1º de maio, juntamente com José Reinaldo Carvalho e Luiz Fernandes, membros do Comitê Central do PCdoB. Manteve conversações com representantes de diversos partidos, inclusive com Nina Andreieva, presidente do novo Partido Comunista dos Bolcheviques de toda a União Soviética.

Lisboa também fez parte do roteiro de viagem de João Amazonas. Lá manteve contato fraternal com o Partido Comunista (Reconstruído)-PC(R), e uma longa entre-

vista com Álvaro Cunhal, presidente do Partido Comunista Português.

De toda sua viagem, Amazonas dá destaque à Declaração de Pyongyang, que considera da maior importância para o movimento revolucionário e os povos, sobretudo neste momento de crise.

De tudo que viu tirou duas importantes conclusões: 1ª) A necessidade do PCdoB estreitar os contatos internacionais com partidos comunistas de todos os continentes; 2ª) Apesar da onda anti-comunista mundial, o que se vê é a proliferação de partidos comunistas em todo o mundo, mostrando que a chama da revolução socialista permanece acesa.

Defendamos e levemos adiante a causa do socialismo

Declaração de Pyongyang

Com a firme determinação de defender e fazer avançar a causa do socialismo, nós, delegados de partidos de diversos países do mundo em luta pela vitória do socialismo declaramos:

Vivemos uma época em que todos os países e nações tentam forjar de maneira independente seu próprio destino e a causa do socialismo é uma causa sagrada para realizar a emancipação das massas populares.

Nos últimos anos o socialismo fracassou em alguns países. Por causa disso, os imperialistas e os reacionários pretendem que o socialismo tenha chegado a seu "fim". Isso não passa de um sofisma que visa embelezar o capitalismo e proteger a velha ordem.

A queda do socialismo e a restauração do capitalismo em alguns países representam uma grande perda à causa do socialismo, mas não significa que se possa negar à superioridade do socialismo e nem a natureza reacionária do capitalismo.

O socialismo é um ideal com o qual a humanidade sonhava desde há muito, é uma sociedade que promete à humanidade um futuro digno. O socialismo é também, por natureza, uma sociedade autenticamente do povo, onde as massas populares são as donas de tudo e onde tudo está a seu serviço.

A sociedade capitalista, caracterizada pela onipotência do dinheiro, está baseada nas desigualdades, onde reina a exploração do homem pelo homem e onde os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam cada vez mais pobres e uma minoria, a classe

exploradora, é quem manda. O capitalismo tem como acompanhantes a privação de direitos políticos, o desemprego, a miséria, assim como todos os males sociais que atingem a dignidade do homem.

Somente o socialismo permite eliminar todo tipo de dominação, de servilismo e de desigualdade social e assegurar eficazmente aos povos a liberdade e a igualdade, a autêntica democracia e os direitos humanos.

De longa data as massas populares travam uma dura luta pela vitória do socialismo, derramando para isso o seu próprio sangue. O caminho que conduz ao socialismo é inexplorado, por isso é inevitável que se defronte com muitas dificuldades e desafios.

A queda do socialismo em alguns países está no fato de que nesses países não se instaurou uma infraestrutura social em conformidade com as exigências intrínsecas dessa sociedade e não foi construída de acordo com a teoria científica do socialismo.

A garantia para que a sociedade socialista avance está em fazer das massas populares as verdadeiras donas da sociedade. E o avanço, para ser verdadeiro e real, tem que ser provado na teoria e na prática.

Os partidos que lutam pelo socialismo e a humanidade progressista tiraram uma valiosa lição. Para defender a causa do socialismo e fazê-la avançar é preciso que cada partido mantenha firmemente uma posição de independência e desenvolva suas próprias forças.

O movimento socialista é um movimento independente. O socialismo se inicia e se constrói nos mar-

cos de cada país e de cada nação, onde seu partido e seu povo são os responsáveis por essa causa. Cada partido deve elaborar sua linha e sua política em função da realidade de seu país e das aspirações de seu povo e aplicá-las apoiando-se nas massas populares.

Por mais difícil e complexa que seja a situação, o partido não deve abandonar os princípios revolucionários e deve manter no alto a bandeira do socialismo.

A causa do socialismo é a causa nacional e comum de toda a humanidade. Todos os partidos estão chamados a estreitar os laços de unidade, de cooperação e de solidariedade, como camaradas, sobre os princípios da independência e da igualdade.

É particularmente necessário assegurar a unidade internacional na luta pelo socialismo.

Nas circunstâncias atuais, onde, a nível internacional, os imperialistas e os reacionários juntos atacam o socialismo e os povos, os partidos que o constroem e o aspiram devem defendê-lo e levá-lo adiante e intensificar o apoio e solidariedade mútuos na luta contra a dominação imperialista e a submissão capitalista e neocolonialista, pela justiça social, a democracia, os direitos à sobrevivência e à paz.

Este é um dever internacionalista que se impõe à todos os partidos e forças progressistas.

Nós seguiremos em frente com a bandeira do socialismo, unidos a todos os partidos, organizações e povos de todo o mundo em luta pela defesa do socialismo e contra o capitalismo e o imperialismo.



Representantes de partidos nos 80 anos de Kim Il Sung. João Amazonas é o terceiro da 2ª fila à esquerda

Que todos, inabaláveis na convocação da causa socialista, lutem até o fim para construir o futuro da humanidade.

A vitória final pertence aos povos que lutam unidos pelo socialismo.

A causa do socialismo é invencível.

Pyongyang, 15 de abril de 1992.

Relação dos partidos que assinaram a declaração de Pyongyang em 20 de abril de 92.

Partido Operário de Bangladesh, Partido Socialista Nacional de Bangladesh, Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre, Partido Comunista da Índia (marxista), Partido Comunista da Índia, Partido Comunista da Jordânia, Partido do Trabalho da Coreia, Partido Socialista Nacionalista Sirio no Líbano, Partido Popular Revolucionário da Mongólia, Partido Comunista Unificado do Nepal (marxista-leninista), Partido Comunista do Nepal (centro unificado), Partido dos Operários e Camponeses do Nepal, Partido Comunista do Nepal (unificado), Partido Comunista do Sri Lanka, Partido Socialista do Renascimento Árabe, Partido Socialista da Turquia, Partido Comunista da Albânia, Partido Comunista da Bulgária, Partido Comunista da Bulgária (marxista), Partido do Trabalho da Bélgica, Partido Comunista da Bretanha, Novo Partido Comunista da Bretanha, Partido Comunista da Alemanha, Partido do Trabalho-Causa Comum da Dinamarca, Fórum Comunista da Dinamarca, Partido dos Trabalhadores Comunistas pela Paz e pelo Socialismo na Finlândia, Partido Socialista dos Operários Húngaros, Partido Comunista da Irlanda, Movimento Itálico Pela Paz e Pelo Socialismo, Partido Comunista de Malta, Partido Comunista da Noruega, União Comunista Polonesa (proletária), Partido dos Operários Comunistas da Rússia, Partido do Povo Trabalhador Socialista da Rússia, "União dos Comunistas" da Rússia, Partido Comunista do Povo da Espanha, Liga dos Comunistas-Movimento pela Iugoslávia, Partido Comunista da Argentina, Partido Comunista da Venezuela, Partido Trabalhista Progressista das Bermudas, Partido Comunista Boliviano, Partido Comunista do Brasil, Movimento Nacional pela Região Caribe, Partido Comunista do Chile, Partido Socialista do Chile, Partido Comunista da Colômbia, Partido Popular Costarriquenho, Partido Comunista Dominicano, Partido dos Trabalhadores Dominicanos, Partido Comunista do Equador, Movimento Patriótico Maurício Bishop de Granada, Partido Popular Socialista do México, Partido Comunista Paraguaiense, Partido Trabalhista de St. Kitts-Nevis, Partido Nacional Democrático do Suriname, Movimento "18 de Fevereiro" de Trinidad-Tobago, Partido Comunista dos Estados Unidos, Partido dos Trabalhadores Socialistas dos Estados Unidos, Partido Mundial dos Operários dos Estados Unidos, Movimento Popular de Libertação de Angola, Organização do Povo e do Trabalho Agrário da América Latina, Partido Comunista do Arica do Sul, Partido da União de Populares da Tunísia, Partido Romano pela Nova Sociedade, Partido Comunista da Itália, Partido dos Trabalhadores de Barbados, Nova Alternativa da Venezuela, Movimento da Esquerda Unida Dominicana, Partido Comunista da Martinica.



Estudantes vão à briga por comida, lazer e arte

"A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte". Este é o slogan que tem inspirado milhares de jovens estudantes, que nos últimos meses têm ido à luta para exigir o direito de pagar a metade do preço nos cinemas, teatros, casas de shows, estádios e todo tipo de locais de diversão pelo país afora.

É bom que se diga que até 1983, os estudantes tiveram acesso aos locais de lazer pagando a metade do preço. Este direito foi surrupiado pelo MEC, através de uma portaria federal que concedia, demagogicamente, o direito a todos de pagar a metade do preço, ocorrendo na prática a perda do direito estudantil.

Com sua campanha os estudantes já obtiveram inúmeras vitórias. Foram aprovados projetos, para a volta da meia entrada em lugares como SC, GO, PE, BA, Belém, Vitória, DF, RJ e SP.

Em São Paulo, no dia 14 de maio, foi sancionado o projeto de autoria do dep. estadual Jamil Murad - PCdoB. A ação parlamentar com a mobilização estudantil foram a fórmula do sucesso que deve garantir a milhões de estudantes paulistas o direito de pagar a "meia" com as carteiras da UBES e da UNE.

Agora é o Brasil. As entidades estudantis já estão marcando presença na Câmara Federal, discutindo com os parlamentares os projetos sobre a "meia entrada" apresentados naquela casa. O deputado federal Renildo Calheiros, do PCdoB, já apresentou projeto que assegura a meia entrada.

Negros reagem a racismo e a miséria neoliberais

Os atos realizados no Dia Nacional de Denúncia do Racismo tiveram um componente adicional: o levante racial que explodiu em Los Angeles e se reproduziu nas principais cidades norte-americanas (veja reportagem na página 6). Em São Paulo o ato foi convocado pelo fórum inter-sindical de trabalhadores negros, nas escadarias do Teatro Municipal. O documento distribuído aponta a política neoliberal como a responsável pela produção de "bolsões de miséria" onde os negros são confinados. Mais: responsável pelo "apartheid social" no Brasil e no mundo. Em Campinas lançou-se a campanha "Reaja à Violência Racial". Nos dias 15, 16 e 17 realizou-se o 1º Encontro de Negros de Campinas. Tema do encontro: Organizar para Reagir à Violência Policial. Em Salvador, no dia 3, houve o ato "As Lições de Los Angeles". No dia 13, ocorreu o ato "Em Defesa da Cidadania", no auditório da Fundação Gregório de Mattos, com a participação da OAB e do Conselho Nacional de Fiscalização da Cidadania.

9 dias que pararam São Paulo

Dilermando Toni

A partir de 11 de maio, durante 9 dias, os condutores de São Paulo realizaram aquela que pode ser considerada a maior, mais organizada e combativa greve da categoria. Foi um processo de preparação que durou 6 meses no qual se fizeram centenas de reuniões de garagem, e que culminou numa assembléia na qual compareceram 5.000 pessoas que deflagaram o movimento.

Os motoristas e cobradores paulistanos reivindicavam 89% de reposição de perdas acumuladas há um ano. A categoria de 65.000 trabalhadores chegou a uma paralisação de quase 100% nos primeiros dias de greve. Depois, com um controle impressionante sobre o movimento, permitiram que 40% da frota rodasse (com uma plaquinha nos ônibus que dizia "Não sou fura greve). De acordo com a determinação do Tribunal Regional do Trabalho - TRT. O sindicato e os trabalhadores também aceitaram a proposta inicial do tribunal que foi pagar os 89% em duas vezes. Porém alguns dias mais tarde numa decisão inédita que mudou a proposta original, o TRT voltou atrás. Ficaram claras as pressões políticas conservadoras. Assim os condutores decidiram manter a greve.

Durante todo o movimento grevista a administração de Luiza Erundina adotou uma posição absolutamente intransigente. Cortou unilateralmente as negociações e alegou durante todo o tempo que o reajuste provocaria de imediato um aumento das tarifas.

Acontece que desde que Erundina assumiu seu mandato a tarifa subiu 4.441% enquanto que os salários dos motoristas e cobradores subiram somente 2.245%. A prefeita alegava também que os salários dos condutores seriam os mais altos do que os de outras cidades. Mas os trabalhadores em transportes coletivos de Campinas, Paulínia, Jundiaí, do ABC, de Bauru, Mogi e São José dos Campos ganham mais.

Como os argumentos da administração de Erundina foram sendo desmontados um a um, a prefeita resolveu mudar de tática. Demitiu quase 500 pais de família, trabalhadores da CMTC, nega-se a pagar os dias parados, considera inaceitável a readmissão e afirma que vai recorrer da decisão do TRT que determina que os 89% sejam pagos em três parcelas mensais. Mais que isso, a prefeitura recorreu à repressão contra os grevistas. A Guarda Metropolitana e a PM, a pedido da prefeita, espancaram e prenderam vários trabalhadores. A Polícia Federal abriu inquérito contra os diretores do sindicato.

SUELI DANTAS



Uma categoria combativa em greve

PCdoB presente

Os militantes do PCdoB na categoria dos condutores estiveram nas primeiras filas de luta grevista enquanto ela durou. Defenderam a unidade do movimento e atuaram em conjunto com outras correntes de luta do movimento sindical, presentes na diretoria do sindicato.

A correta postura política que

os comunistas adotaram ficou muito clara quando eles criticaram a posição de alguns companheiros que procuraram fazer com que a luta interna do PT fosse transferida para a luta da categoria.

Os parlamentares do PCdoB, deputados Aldo Rebelo e Jamil Murad e o vereador Vital Nolasco solidarizaram-se de forma militante com a luta dos condutores. Numa das assembléias Vital declarou: "dizem que não há dinheiro para pagar os condutores, mas o governo Collor já enviou 8,5 bilhões de dólares para pagar a dívida externa. Mentem que os condutores ganham bem, porque não vão à casa de um deles e perguntam o que é que sua família está comendo, como estão man-

tendo os filhos na escola, comprando medicamentos e pagando aluguel". Na tarde do dia 19, uma terça-feira, os condutores resolveram voltar ao trabalho, embora suas reivindicações não tenham sido atendidas. Mesmo revoltados, resolveram dar um passo atrás, se organizar melhor ainda para, em outra ocasião, voltar à carga.

O que é isso companheira?

Na grande greve dos condutores de São Paulo poderia se perguntar porque a administração Luiza Erundina adotou uma posição tão intransigente.

Em primeiro lugar pode-se afirmar que a administração adotou uma postura de se mostrar confiável às classes dominantes, abandonando os compromissos com sua base social. Mostrou-se insensível à crise social que o país atravessa e às justas reivindicações dos trabalhadores. Durante todo o movimento grevista Luiza Erundina fez inúmeras e pesadas críticas ao sindicato e em nenhum momento sequer tocou na política salarial do governo Collor de Melo.

Além do mais a administração de Erundina, como no caso do IPTU, subestimou a ação de forças conservadoras às vésperas de um pleito eleitoral. O governo de Fleury e o TRT jogaram pesado na manipulação do movimento. Quiseram aparecer como mediadores e não pouparam esforços para aparecer como "bons moços", criticando tanto

os grevistas como a administração. De outra parte a prefeita consolidou uma posição de alinhamento com os setores moderados do PT, partido que passa por uma acirrada luta interna. Erundina, na prática, acabou por concordar com declarações desbaratadas e reacionárias de um tipo como Gilmar Carneiro que concretamente pediu que a polícia interviesse no movimento.

Por último a greve dos condutores coloca à nú a fragilidade da política de municipalização dos transportes que a administração tem posto em prática. O PCdoB criticou-a desde o início como sendo "um capitalismo sem riscos para os patrões". Em diversas assembléias da greve foi denunciado que no último mês a prefeitura pagou 5 milhões de passagens que não teriam sido utilizadas. A consequência mais visível da municipalização é que durante a greve os patrões não mostraram a preocupação de se confrontando-se com o movimento.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Carneiro

É pau. É pedra. São saques.

Carlos H. Vasconcelos

A onda de saques que vem ocorrendo no Rio de Janeiro expõe, mais uma vez, a triste face da crise brasileira, agravada com a crise recessiva do governo Collor. Até a semana passada a polícia já contabilizava 24 saques a supermercados bem sucedidos e dezenas de tentativas frustradas. A iniciativa parte, em sua totalidade, das populações miseráveis que moram nos morros e periferias do subúrbio carioca. Cansados de esperar por soluções oficiais, organizam-se em grupos, armam-se de paus e pedras e, como na pré-história, vão à cata de alimento.

As autoridades, inclusive as do Planalto, dão vazão às suas fantasias e lançam as pérolas: "quem deverá estar por trás disso?"; "a organização dos saques demonstra certo profissionalismo"; "os saques são organizados por traficantes de drogas", etc.

O próprio presidente Collor, do alto de sua impá-fia, procurou dar demonstração de sua autoridade, ao declarar que havia determinado à polícia federal que investigasse quem está organizando os saques a supermercados no Rio.

Não bastassem as elocubrações oficiais, o presidente da Associação dos Supermercados do Rio, Ailton Fornari, encaminhou correspondência ao ministro Célio Borja, da Justiça, e ao ministro Carlos Tinoco, do Exército, para solicitar ajuda no combate às invasões aos estabelecimentos. O governador Leonel Brizola foi mais realista e admitiu que "há um caldo de cultura no país que favorece essas ações".

Não é a primeira vez que os saques ocorrem no Rio de Janeiro. Durante o governo do general Figueiredo, em 1983, quando a crise econômica proporcionou o aguçamento das contradições sociais, como agora vem ocorrendo, os ataques a estabelecimentos comerciais se sucederam. A tradição, na verdade, é que vem sendo mantida, pois no século XVI os historiadores registram essa modalidade de "distribuição forçada da renda", assim como em 1962, durante o governo João Goulart.

Operação de guerra

Como forma de impedir as ações dos populares que invariavelmente todas as semanas, desde o dia 7 de abril passado, saqueavam os supermercados, o governo resol-

veu colocar a polícia na rua durante as madrugadas. Cerca de mil homens armados até os dentes passaram a defender o patrimônio dos comerciantes contra a fome do povo. Sob a alegação dos comerciantes de que o pagamento dos impostos obrigava a polícia a tomar mais drásticas, montou-se uma verdadeira operação de guerra contra os saques.

No entanto, em Cavalcanti, Santa Cruz, Riachuelo e Rocha Miranda a população não se intimidou e investiu contra as lojas. Muitos foram presos e, ao contrário do que vinha ocorrendo, ficaram detidos indiciados por furto qualificado. Edith da Conceição, 47 anos, moradora do Morro da Matriz, no Riachuelo, foi presa com um pacote de cinco quilos de arroz e uma garrafa de dois litros de refrigerante Coca-cola. Ela confessou que participou do saque ao supermercado Paes Mendonça da Rua 24 de



Matar a fome tornou-se crime para polícia carioca

Maio "por necessidade".

Assim como ela, Angela da Silva, do Morro do Urubu, em Cavalcanti, estava desesperada ao ser levada junto com mais oito homens para a delegacia da área. "Tenho dois filhos pequenos e participei do saque porque não tenho o que dar de comer a eles", disse chorando. Antônio Carlos, também detido, explicou que não tinha conseguido levar nada e que havia participado da invasão porque seus dois irmãos estão desempregados e sua mãe não tem condições de trabalhar devido a uma doença. "Quando vi o movimento do pessoal fui com eles", confessou timidamente.

Com a mesma razão, as mães Clarice Esmero (3 filhos) e Ana Cristina Rodrigues Lima (4 filhos) explicam porque participaram de um saque no supermercado Minibox, em Mauá, na Grande São Paulo. "Participei, porque eu e meus filhos estávamos passando fome" - disse Ana, ao ser detida. O saque

em Mauá (16 de maio) foi apenas um dos acontecimentos na região da Grande São Paulo, sobretudo em Diadema e na Zona Leste da capital paulista.

Anteriormente, quando os saqueadores eram presos, a polícia fazia o registro na delegacia policial da área e libertava-os. A justificativa era que o furto praticado se destinava a matar a fome de quem cometia o delito. Depois que a onda alastrou-se e os saques passaram a ser vistos como uma ameaça social grave, a polícia passou a indiciar os que foram surpreendidos arrombando supermercados.

Instabilidade social

A respeito das declarações de policiais, comerciantes e até do presidente Collor, o que se viu foi muito diversionismo a respeito de uma realidade que o povo conhe-

ce bastante. Não há organização, liderança ou mesmo traficante que se mantenha à frente dos saques, ou de qualquer atitude contrária. O caos social a que estão submetidas grandes parcelas da nação, vivendo miseravelmente e sem qualquer perspectiva, é o ingrediente decisivo para que ocorram episódios dessa natureza.

Às vésperas do Dia das Mães, no último dia 10 de maio, foram intensificados os esforços repressivos nas zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro, com o intuito de evitar os saques a estabelecimentos comerciais.

Os donos dos supermercados também contrataram vigias armados para conterem a "horda de famintos".

No encerramento desta edição da Classe Operária revelou-se mais um saque. Desta vez foi um camião carregado de cimento, na Zona Norte do Rio. Os saqueadores levaram 300 sacos de cimento.

Ecologia Bush vem à Eco para soltar mais gás no ar

José Carlos Ruy

Finalmente, o presidente dos EUA, George Bush, anunciou que virá à Rio/92. As pressões norte-americanas prevaleceram, e o anúncio, no último dia 9, do rascunho do tratado que será assinado no Rio de Janeiro afastou os temores de que Bush pudesse enfrentar situações constrangedoras.

O controle da emissão de gases poluentes (principalmente CO2 e metano) será um item polêmico. Os norte-americanos conseguiram jogar sua limitação, a "nfeis anteriores", para um incerto "final da década" (quando se esperava um tratado mais preciso, referindo-se à limitação, até o ano 2000, da emissão de CO2 e metano, a nfeis de 1990). Os EUA são principais geradores desses gases (que causam o efeito estufa que eleva a temperatura global da Terra), e a adoção de limites de emissão causaria problemas financeiros graves para a já combatida indústria norte-americana.

Há temas explosivos para todos os gostos. A proteção à diversidade biológica é um deles. Os países em desenvolvimento pretendem garantir seus direitos sobre as fontes genéticas formadas por suas florestas, coisa que os ricos não aceitam. Outro tema é o "desenvolvimento autosustentado", uma fórmula que pode eternizar a atual divisão de trabalho no mundo, altamente desfavorável para os países pobres. Os países ricos querem que o fundo de cerca de 125 bilhões de dólares ao ano, que será criado na Rio/92, fique com o Banco Mundial, sendo mais um instrumento imperialista dos ricos, denunciam os delegados dos países pobres. Os países ricos também vão tentar aumentar o poder de intervenção do Conselho de Segurança da ONU, tornando-o responsável também pela preservação ambiental no mundo - uma grave ameaça contra os países pobres, como mostra o tratamento dado recentemente pela ONU ao Iraque e à Líbia.

As contradições da Rio/92 podem ser uma lição para os militantes ecológicos que colocam essa luta à margem da política e da luta de classes. É muito comum entre eles a tese de que o "homem" destrói a natureza. Os debates da Rio/92 revelam, mais uma vez, seu engano. A questão é mais profunda, ligada ao modelo de desenvolvimento capitalista, predatório, que desperdiça recursos de forma irracional, que gera cada vez mais a fome e a miséria. Para os países pobres, outra importante questão é a defesa da soberania nacional.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Getúlio Vargas



Corrente Classista/CUT define rumos

Altamiro Borges

Com a presença de 296 delegados, representando 161 entidades de todo o país, a Corrente Sindical Classista da CUT realizou sua Plenária Nacional entre os dias 15 e 17 de maio, em Guarapari (ES). O objetivo foi democratizar as discussões internas e definir e unificar sua estratégia de ação.

A abertura do encontro contou com a presença do governador do Espírito Santo, Albuíno Azeredo, que contribuiu para viabilizar a infraestrutura da plenária. A coordenação nacional da CSC também promoveu dois debates introdutórios com o objetivo de iniciar os participantes. O primeiro, como tema "Socialismo x Social-Democracia", teve como expositores o professor da Unicamp Ricardo Antunes e o dirigente nacional do PCdoB Renato Rabelo. O segundo foi sobre "As perspectivas da CUT".

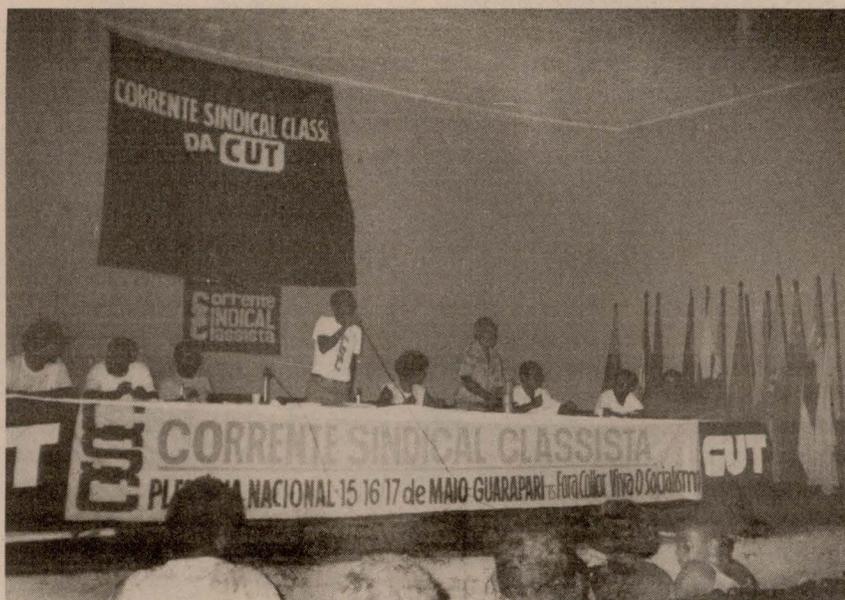
Temário da CUT

Posteriormente, os delegados classistas discutiram o vasto temário da Plenária Nacional da CUT, que está marcada para os dias 15, 16 e 17 de julho, posicionando-se sobre cada um de seus pontos. No item sobre "organização vertical", a plenária da CSC concluiu que ela é necessária para dar maior representatividade à central. Conforme foi constatado, os antigos departamentos cutistas não conseguiram cumprir seu papel. Também foi reafirmada a crítica à estrutura vertical oficial, imposta pelo getulismo e que serve como biombo do peleguismo no Brasil. A conclusão dos sindicalistas classistas é de que é necessário participar da organização das federações e confederações cutistas, mas fazendo todo o esforço para evitar que o plurisindicalismo atinja as entidades de base.

Quanto às "eleições sindicais", a CSC reafirmou a necessidade de se disciplinar o processo no interior da central, evitando que surjam várias chapas do campo cutista. Conforme ressaltou Renildo de Souza, membro da executiva nacional da CUT e dirigente da CSC, "o que se observa atualmente é que a disputa no interior da central está se refletindo na formação de chapas para concorrer às direções de importantes sindicatos. O que tem predominado é a luta fratricida entre as próprias correntes cutistas, o que desgasta a central e fortalece nossos adversários, principalmente a Força Sindical". Para evitar que isso se repita, a plenária da CSC aprovou a proposta de que as chapas cutistas sejam formadas a partir de processo unitário.

No item sobre "proporcionalidade nas assembléias de base", a CSC criticou a postura hegemônica da corrente majoritária, a Articulação, que nega esse critério democrático, e reafirmou a sua defesa da proporcionalidade como mecanismo para garantir o caráter plural da central.

Já no item sobre a "Presença das mulheres nas instâncias da central", a plenária da CSC aprovou medidas que garantam essa participação, como a criação de departamentos de assuntos da mulher com representação nas executivas das entidades sindicais. Quanto às "cotas", a CSC defende que deve ser uma meta com vistas a reforçar a presença das mulheres nos órgãos de direção.



CSC: política afinada para a luta

Filiação internacional

O ponto do temário da Plenária Nacional da CUT que gerou maiores debates entre os sindicalistas classistas foi sobre a filiação internacional da central - tanto que ele foi tratado de forma separada. Essa é uma questão que, dada a sua importância e reflexos no movimento revolucionário mundial, tem sido encarada com muita seriedade pela CSC. Para evitar princípios dogmáticos, a corrente classista tem feito todos os esforços para reunir maiores informações sobre o tema. Tanto que o seu coordenador nacional e membro da executiva da CUT, Sérgio Barroso, juntamente com representantes da Articulação e da CUT pela Base, participou do XV Congresso Mundial da CIOSL, realizado em Caracas, Venezuela, em março passado. O sindicalista também esteve nas comemorações do 1º de Maio em Cuba, onde efetuou contatos com os dirigentes da CTC cubana e da FSM (Federação Sindical Mundial). Apesar desse acúmulo de informações, a plenária de Guarapari

avaliou que ainda não estão amadurecidas as condições para uma tomada de posição definitiva. Há consenso de que a CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres) é uma entidade que cresceu como reflexo da ofensiva capitalista a nível mundial, principalmente após o fim da bipolaridade. Que ela defende a conciliação de classes e tem sua trajetória marcada, desde a sua fundação em 49, pelo anticomunismo militante. A dúvida é sobre o futuro do sindicalismo mundial e sobre a possibilidade da CIOSL vir a se tornar o único fórum internacional do movimento sindical, já que a FSM desmoronou junto com a queda dos regimes burocráticos do Leste europeu e a CMT, cristã, não

Até a Plenária Nacional da CUT, em julho, a CSC deverá promover maiores discussões sobre essa complexa e delicada questão. O reforço será para democratizar o debate, aprofundá-lo e unificar uma posição. Conforme foi deliberado em Guarapari, um dia antes da plenária, a CSC fará uma reunião ampliada, que deverá tomar uma posição definitiva. Já para as plenárias estaduais da CUT, previstas para junho, os delegados classistas decidiram defender o aprofundamento da discussão no conjunto da central. Caso o tema seja votado, a decisão de Guarapari é pela abstenção.

Organizar a CSC

O último ponto da plenária da CSC foi sobre a estruturação da corrente, sua política de alianças no interior da central e a eleição da nova coordenação nacional. O slogan aprovado é bastante elucidativo: "Fortalecer a CUT e fortalecer a CSC". De acordo com a resolução, "a CSC precisa filiar todos os sindicatos sob sua influência, cumprir os estatutos da CUT (como o pagamento pontual das mensalidades), participar ativamente e de forma organizada de todas as instâncias e fóruns cutistas, etc.". Ao mesmo tempo, "precisa planejar o crescimento da corrente" e "construir uma estrutura dinâmica, capaz de acompanhar as lutas em curso e disputar a hegemonia no interior da central".

Quanto à política de alianças, a plenária reafirmou que a CSC deve preservar sua independência, criticando tanto as posições reformistas e conciliadoras, como as vanguardistas e voluntaristas. Seu esforço deve ser no sentido de garantir a unidade da central, "mas a unidade que sirva para avançar a luta dos trabalhadores por seus objetivos imediatos e históricos". Seu objetivo é superar a atual apatia da CUT e evitar o acirramento artificial das divergências internas. "As iniciativas e alianças pontuais têm como objetivo dinamizar e unificar a luta dos trabalhadores contra o projeto neoliberal do governo Collor de Mello, assim como desmascarar e combater o sistema capitalista".

Para encaminhar essas decisões e imprimir a concepção classista foi eleita uma coordenação nacional com nove integrantes, também ficou decidido que as plenárias estaduais da CSC deverão eleger um integrante para a direção ampliada da corrente. Também será trimestralmente para deliberar sobre a ação política e orientar a atuação do núcleo executivo.

ARQUIVO

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

As pernas curtas da *Veja*

Indignação. Este é o único sentimento que assolou os políticos de esquerda, progressistas e democráticos em reação às acusações assacadas pela revista *Veja* (20 de maio) contra o presidente do PCdoB em Pernambuco, Luciano Siqueira. Com base em informações suspeitas de agentes e torturadores dos tempos da ditadura militar aquela revista colocou em dúvida a lealdade comunista e a firmeza ideológica do dirigente comunista pernambucano. A indignação pernambucana só prova que a mentira tem pernas curtas.

Desde a noite de domingo, quando a revista circulara apenas para assinantes, as manifestações de solidariedade confortaram Luciano Siqueira e o PCdoB. Os primeiros a se manifestar foram o deputado federal Miguel Arraes (PSB) e a principal liderança do PMDB no Estado, Jarbas Vasconcelos.

Os partidos democráticos (PCdoB, PSB, PDT, PT, PV, PSDB, PMDB e PPS) e as entidades "Tortura Nunca Mais", "Centro Brasileiro de Memória Política", UNE, UMES e CUT realizam hoje (25 de maio) um ato de solidariedade a Luciano Siqueira contra as infundadas acusações da revista paulista. Na segunda-feira passada (dia 19), em ato no Sindicato dos Jornalistas, o presidente do Sindicato, Fernando Veloso, fez emocionado discurso defendendo o presidente do PCdoB de Pernambuco e condenando o poder impune dos grandes meios de comunicações.

Entre as mais de uma centena de manifestações de solidariedade - só nas primeiras horas de circulação da revista - Luciano Siqueira recebeu a solidariedade e o desagravo de 29 deputados da Assembleia Legislativa de Pernambuco, inclusive de seu presidente Geraldo Barbosa (PFL) e do líder do governo estadual, Eduardo Araújo

(PFL). A moção de solidariedade foi iniciativa do deputado Pedro Eurico (PSB).

Mentira visa dividir as forças populares

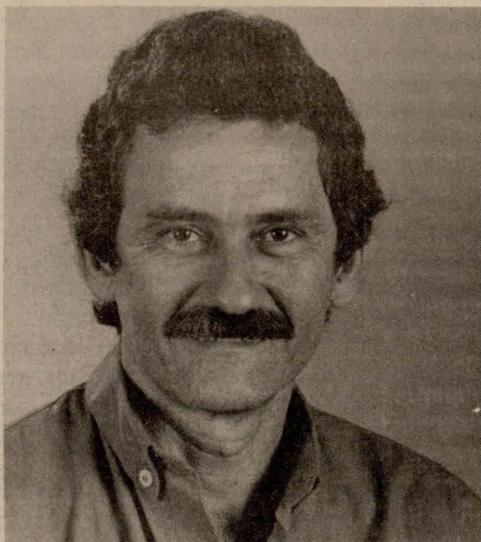
Sobre as suspeitas e infundadas acusações de *Veja*, o presidente do PCdoB de Pernambuco e membro do Comitê Central, Luciano Siqueira, fez a seguinte declaração:

"Profundamente indignado, é como me sinto. Uma indignação serena, contudo, fruto da consciência de que o ataque que é desferido contra mim e contra o meu Partido tem um sentido político claro. Pretende-se com isso, em meio ao quadro geral da crise do país e de ofensiva da direita contra as forças progressistas, atingir justamente o Partido Comunista do Brasil, que resiste com firmeza e consequência.

"Fala-se em morte do socialismo científico, de inspiração marxista - e o PCdoB realiza vitorioso 8º Congresso, no qual defende e desenvolve a teoria marxista e formula indicações preciosas para a

luta atual. Tenta-se destruir os fundamentos da Nação brasileira - e o PCdoB se ergue em defesa da soberania nacional. Semeia-se a descrença e a apatia política na sociedade - e o PCdoB procura enraizar-se cada vez mais no seio das massas, esforçando-se em ajudar o povo a resistir. Jogam com a divisão das forças políticas do campo democrático e progressista - e o PCdoB age com determinação e habilidade no sentido de unir as oposições, em toda parte. Buscam por todos os meios desacreditar e isolar o Partido Comunista do Brasil, e nos apresentamos em todo o país com muitos aliados, ostentando crescente prestígio político, cumprindo papel relevante na cena política.

"Ao difundir insinuações absurdas, apoiadas em figuras execráveis, assassinos e torturadores conhecidos, a revista *Veja* faz o jogo de quem procura atingir um militante que desenvolve atividade pública relacionada justamente com aspectos dessa presença aglutinadora que o PCdoB exercita no campo popular e democrático. Com isso certamente imaginam confundir a militância partidária, criar dificuldades em nosso relacionamento com aliados. Mas o tiro está saindo pela culatra. Em poucas horas, a partir de Arraes e Jarbas Vasconcelos, tive a alegria de receber manifestações de solidariedade. São dirigentes partidários, lideranças sindicais e populares, militantes e ativistas, amigos, muitos dos quais há quase três décadas constróem junto comigo o sonho da liberdade e da emancipação dos que vivem do trabalho, o sonho do socialismo. A melhor resposta a isso tudo, como diz minha mulher Luci, é lutar."



Luciano ganha solidariedade

Repúdio às calúnias da revista *Veja*

A revista *Veja*, edição 1235, através de seu jornalista Expedito Filho, associou-se ao conhecido torturador pernambucano, Luiz Miranda, com o intuito de lançar suspeitas sobre o companheiro Luciano Siqueira, membro do Comitê Central e presidente regional do PCdoB de Pernambuco.

Com uma reportagem sofisticada, em que mistura coisas reais com intrigas forjadas por gente da pior espécie, comprometida com torturas e assassinatos na época da ditadura militar, sem contar com nenhum fato ou informação consistente, *Veja* tenta apresentar Luciano como colaborador dos órgãos de repressão.

O PCdoB repudia veementemente essa calúnia. Luciano tem a confiança do Partido, das forças progressistas e do povo de Pernambuco. Essa confiança é apoiada em sua longa militância, desde estudante até hoje, na defesa incansável dos interesses populares, no esforço pela unidade dos democratas, na batalha pela construção e fortalecimento do Partido.

A atitude indigna da *Veja*, além de atacar o companheiro Luciano em particular, visa jogar lama sobre o PCdoB e as esquerdas em geral. Faz parte da enorme campanha antiprogressista em curso em plano mundial. Nessa guerra ideológica vale tudo. Se não conse-

guem desacreditar os comunistas no plano das idéias, os reacionários não vacilam em recorrer a expedientes sujos como esse de tentar difamar pessoalmente dirigentes revolucionários e, com isso, confundir o povo.

O PCdoB conclama os militantes e amigos, as correntes democráticas e progressistas de nosso país a rechaçarem as insinuações irresponsáveis de *Veja* contra o companheiro Luciano Siqueira. E a denunciarem esse tipo de jornalismo provocador praticado pela revista.

São Paulo, 19 de maio de 1992
A Comissão Política do Comitê Central do PCdoB

LUTA TEÓRICA Pluralismo petista

Rogério Lustosa

Membro do Comitê Central do PCdoB

O pluralismo petista mostra a sua verdadeira face. Para justificar que a Convergência não cabe no embrulho de tendências do PT, o argumento decisivo é a força. E o motivo real é a divergência sobre a melhor política na atual conjuntura.

Hora da verdade

A raiz do problema consiste na concepção de se formar um partido que aglutina grupos organizados, com plataformas próprias. Enquanto todos se beneficiam do arranjo, é possível conciliar as diferenças. Mas quando entram em cena disputas de cargos legislativos e executivos de maior peso - prefeituras de certa importância e governos estaduais, inclusive a pretensão de chegar à Presidência da República em 94 - as contradições se tornam insuperáveis.

O PT passa por uma fase de definições. Durante certo tempo sua feição sindicalista acomodava radicais e reformistas. Mas agora para se candidatar a fatias maiores na administração do país, o partido precisa se credenciar diante das classes dominantes, e exibir com mais clareza sua essência social-democrata. Daí a exigência de domesticar os "esquerdismos" ou de afastar os recalcitrantes.

A Convergência interpreta setores radicalizados das bases e levanta a bandeira "Fora Collor". A cúpula petista tem como preocupação chave preparar-se para o pleito de 94 e, por isso, aposta numa sucessão tranquila para Collor. Por isso "essa" tendência não vale. E a Articulação tem força suficiente para impor as regras e justificá-las teoricamente.

Democracia fajuta

O episódio é educativo. O caráter democrático do pluralismo caiu por terra. Enquanto a presença de grupos minoritários servem para legitimar o projeto petista, sua presença é saudada como demonstração de uma coisa nova. Quando passam a atrapalhar, vale a força bruta.

É falsa a democracia quando os militantes não estão unidos por um mesmo programa. O pluralismo revela-se como um artifício oportunista. Cada grupo se apóia nos outros não em função de um projeto único, mas para fazer seu próprio jogo. Fica evidente que uma linha de unidade tão frágil não serve à luta revolucionária dos trabalhadores. Na hora dos grandes combates as divergências provocam inevitavelmente a ruptura entre grupos.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Getúlio Vargas

ESPECIAL

67 ANOS DE HISTÓRIA

BERNARDO JOFFILY

"Na atual situação, o aparelho que porá em movimento toda a engrenagem do Partido Comunista é um jornal. Com ele, desenvolveremos a nova organização das células. Com ele, poderemos penetrar no seio das massas. Com ele, os trabalhadores ficarão a par do movimento nacional e internacional. Com ele, orientamos os trabalhadores sobre sua atitude diante dos acontecimentos atuais do país. Vê-se, pois, que o jornal é um aparelho insubstituível, um aparelho único. E sobre ele devemos concentrar as energias, fazendo até sacrifícios. Está, portanto, fora de qualquer discussão a necessidade de um jornal."

Estas palavras de assombrosa atualidade são de 22 de fevereiro de 1922. Pertencem à resolução da Conferência de Células e Núcleos que decidiu lançar A Classe Operária.

Na manhã do 1º de Maio de 1925, o primeiro número saiu de uma tipografia na rua Luiz de Camões, Rio de Janeiro. À tarde, foi vendido, por 100 réis, no comércio da Praça Mauá. O formato era pequeno, com quatro páginas. A periodicidade, semanal. A tiragem, de 5 mil exemplares (no número 9 passou para 9.500).

Os operários sustentavam o semanário, que se apresentava como "um rio claro e profundo" para uma classe sedenta de informação e orientação. Os empregados da padaria Boa Vista, Rio de Janeiro, deram um dia de salário. A União dos Empregados em Padarias do Rio decidiu ajudar com 50 mil réis mensais. A Aliança dos Operários Metalúrgicos de Niterói aprovou um auxílio de 10% das suas mensalidades. Um ato no cinema Talia, Porto Alegre, coletou 90 mil réis.

No segundo número, A Classe passou a ser impressa nas oficinas do jornal governista O Paiz, por insistência dos gráficos. Todo sábado, de madrugada, dezenas de "pacoteiros" iam pegar suas cotas na rua 7 de Setembro. A Gávea recebia 12 exemplares. Juiz de Fora, 100. A cidade de São Paulo, 500. O tecelão João Borges Mendes, "pacoteiro" Do Moinho Inglês, levava 150.

Os comitês de apoio e os "500 redatores"

Surgiram os primeiros comitês de apoio: nas gráficas do O Paiz e da Gazeta Teatral, na tecelagem Minerva e no Moinho Inglês, nos ferroviários, em Niterói, Maceió, Recife... As células do partido cresciam. A liga Operária de Sertãozinho, São Paulo, levou o jornal aos colonos das fazendas de café.

Os operários também escreviam. Mandavam cartas do Amazonas ao Rio Grande do Sul. O número 6 foi escrito por 37 trabalhadores, entre gráficos, alfaiates tecelões, peões de obra, marítimos, metalúrgicos, garçons, operários do fumo, padeiros, marceneiros. Eram os "500 redatores" de que falava o primeiro diretor do jornal, Octávio Brandão ("Combates e batalhas", Alfa-Omega).

Durou menos de três meses esta fase pioneira. Em 18 de julho o ministro da "Justiça", Afonso Pena Júnior, mandou fechar o jornal. O número 13 estava na tipografia quando a polícia invadiu o lugar, agarrou as páginas compostas e jogou nas caldeiras dos linótipos. Pena Júnior não admitiu nem o funcionamento sob censura: "O que há de terrível - disse - é o espírito do jornal. Não poderá reaparecer".

O ministro errou. Em 1º de Maio de 1928 A Classe ressurgiu, legalmente, com tiragem de até 30 mil exemplares. Foi novamente fechada em 7 de junho de 1929. O partido decidiu editá-la mesmo assim.

A clandestinidade durou 16 anos. O jornal passou a ser im-



presso num quartinho no subúrbio carioca de Vila Isabel, em São Paulo, na Bahia, onde fosse possível. Às vezes falhava, mas ressurgia adiante, para o desespero da ditadura.

Em 1945 caiu o Estado Novo e A Classe Operária ressurgiu à luz do dia. O partido legalizado, vivendo um auge de seu prestígio, montou um verdadeiro pool de imprensa inclusive diários nas principais cidades. A Classe passou a ser o órgão central sob a direção de Maurício Grabois, mas sempre perseguida. Foi proibida por Dutra em maio de 1949. Reapareceu em 51, para ser novamente fechada em 53. Nessa fase utilizou o artifício de mudar de nome para driblar a censura.

Durante a luta interna de 1956-62, A Classe foi um dos pontos da discórdia. A ala reformista do partido torcia o nariz para o jornal. Os revolucionários denunciaram o abandono da Classe, na famosa "Carta dos cem".

O PCB optou pelo título Voz Operária. Já o PCdoB relançou A Classe Operária, apenas um mês depois da reorganização, e concentrou nela grandes esforços. Além de Grabois que ficou como diretor e Pedro Pomar como redator-chefe.

Mais um vez a legalidade durou pouco. Em abril de 1964 a ditadura fechou o jornal: Invadiu, depedrou e interditou por um ano a sua sede. Dessa vez a clandestinidade foi ainda mais dura. Um esquema rigoroso garantia a periodicidade mensal, e até impressão com três cores. Mas em dezembro de 1972 invadiram e confiscaram a gráfica. Prenderam e torturaram os militantes que a operavam. Mataram na tortura o dirigente do jornal, Carlos Danielli.

A repressão estava no auge. A simples circulação da Classe exigia profícuo de coragem e criatividade. Datilografada em papel finíssimo, ela ia primeiro à Europa, para voltar ao Brasil pelas ondas curtas de Rádio Tirana, ser gravada, desgravada e impressa em cada estado. Ainda assim, mesmo nos piores dias da ditadura ela continuou a circular. E em junho de 1985, com o fim da ditadura militar, retornou à legalidade.

Um patrimônio que vem desde os "pacoteiros"

Tudo isto faz da Classe um caso à parte na acidentada história da imprensa brasileira. Em nosso país, poucos jornais alcançaram o 67º aniversário. E nenhum suportou nem de longe tantas perseguições.

Este feito foi obra coletiva de várias gerações de militantes. Custou caro em sacrifícios, abnegação e firmeza, em coragem, em sangue. Foi obra também da classe que empresta seu nome ao jornal, da legião de trabalhadores que o comprou, leu defendeu e sustentou.

Um jornal assim não é um jornal qualquer. É um patrimônio inestimável, que vem passando de mão em mão, desde os "pacoteiros" de 1925 até nós. Zelar por este patrimônio e um dever sagrado do PCdoB, de cada organismo e militante.